

**B** Zoom // Entrevista

Domingues de Azevedo lidera desde 1996 os destinos da instituição reguladora dos Técnicos Oficiais de Contas e, em 2014, foi reeleito para mais um mandato. Para trás ficou o cargo de deputado à Assembleia da República, onde foi autor do projecto de lei que regulamentou a profissão.





Domingues de Azevedo.

“O Estado deveria sortear dinheiro em vez de carros”

SÓNIA PERES PINTO (Texto)

sonia.pinto@ionline.pt

ANTÓNIO PEDRO SANTOS (Fotografia)

antonio.pedrosantos@ionline.pt

Para o bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas, o novo governo deveria acabar com o sorteio do fisco tal como está concebido porque gera um folclore à volta dele que é incongruente com o esforço que os cidadãos fazem para pagar os seus impostos. A solução em vez de sortear um carro seria sortear dinheiro, uma vez que não só não favorece nenhuma marca, como vai entregar um prémio mais adequados aos portugueses. Domingues de Azevedo mostra-se satisfeito com o acordo feito à esquerda e diz que vem terminar com “o mito que só a direita sabe governar”. O responsável acredita que pode existir um entendimento entre os três partidos até ao final da legislatura, mas reconhece que o maior perigo poderá ser o Bloco de Esquerda se cair no erro de se querer evidenciar. Já em relação ao PCP, diz que “é um partido ortodoxo, que cumpre a sua palavra”.

Estamos quase em vésperas da entrega do IRS. Mas continua a existir muita confusão em relação às despesas que podem ser apresentadas?

É preciso perceber primeiro o que aconteceu em 2015 e as pessoas só vão perceber a dimensão dessas alterações depois de entregarem a declaração no próximo ano e quando forem confrontadas com o aumento do imposto em relação ao ano anterior ou quando receberem menos reembolso em relação ao que estavam habituadas.

Mas só passam a ser aceites as despesas que estiverem inseridas no e-factura... Não ponho dúvidas em relação à obrigação do envio de todas as facturas para o e-factura. Mas há duas coisas que não foram devidamente acauteladas. Primeiro, vai haver uma total dependência do sujeito passivo no funcionamento de um sistema que não controla e consequentemente haver a possibilidade de existirem alguns abusos na utilização desse mesmo sistema. Segundo, a introdução deste sistema na sua plenitude no acto de 2015 foi um risco muito grande e foi uma inconsciência por parte do próprio legislador. A sociedade não estava preparada e isso veio-se a demonstrar com as correcções feitas pela Autoridade Tributária. Isto é, os códigos de actividade dos vendedores dos produtos nem sempre correspondiam aos códigos de acti-

vidade que o legislador consagrou no código de IRS. E como os códigos não correspondiam, as despesas não eram consideradas e qual é a consequência imediata? Ao não serem consideradas na dedução própria passam a entrar para as deduções das despesas gerais que facilmente se esgota porque estão limitadas a 250 euros de IVA suportado. Isso pode acontecer com algumas despesas com livros ou despesas de saúde. Ou seja, há um todo conjunto de coisas que por desfasamento dos códigos de actividade de quem procedeu à emissão de factura não condiziam com as exigências que o próprio governo impunha. Isto aconteceu porque houve uma precipitação. Chegou aqui um cidadão com uma despesa da Associação Regional de Saúde (ARS) de Lisboa que tinha pago as taxas da consulta médica e por curiosidade foi verificar se a despesa estava no portal do e-factura na categoria de despesas de saú-

“Houve um processo consciente de dificultar o uso dos benefícios criados para os contribuintes”

“Seria mais justo e compreensível que o governo facilitasse este ano as formas de preencher o IRS”

“Emendaram à mão as despesas de saúde, mas não consideraram as de educação, o que foi um erro”

de, o que era lógico, já que se tratava de uma despesa desse sector. Mas verificou que essa despesa estava no sistema, mas estava classificada como despesas gerais porque o código de actividade da empresa que estava a gerir a parte administrativa da ARS era um código de prestação de serviços administrativos. Isso revela que alguns serviços administrativos e bancos não estão preparados para responder eficientemente ao sistema que foi montado pelo próprio governo.

O contribuinte sai prejudicado?
Exacto, como não pode usar as despesas correspondentes, limita a sua capacidade de dedução e naturalmente limita a sua matéria colectável. Essa realidade já foi reconhecida pela própria Autoridade Tributária porque durante 2015 houve muitas alterações de códigos de actividade, mas não foram tidas em conta

as consequências nefastas que isso iria ter para os contribuintes. Mas atenção, os entendidos sabiam disso, não acredito que quem conhece o IRS, quem conhece a realidade do dia-a-dia não sabia destas consequências. E é aqui que para mim está o mais grave: é a manutenção de questões que inviabilizem o uso do benefício que é criado por lei.

E quem não tem acesso à internet ainda sai mais prejudicado...

É pressuposto que todos conhecem alguém que tenha acesso à internet, nem têm em conta que uma pessoa com 70, 60, ou até mesmo com 50 anos pode não estar habituada a lidar com estas técnicas de informática, pode não ter computador em casa e, por vezes, nem tem sinal de telefone quanto mais rede de internet. Naturalmente essas pessoas ou ficam excluídas ou têm de acreditar piamente que as facturas que estão presentes e registadas estão correctas. Considero

que houve um processo consciente de dificultar o uso dos benefícios criados para os contribuintes.

O que pode ser feito para minimizar estas consequências?

Perante este facto indiscutível e perfeitamente previsível, porque em tempo oportuno chamei a atenção para as consequências que isto iria ter, penso que o governo e acho que este tem o bom senso de reflectir sobre estas

questões, deve manter os dois sistemas em paralelo. Ou seja, os contribuintes ou optam pelo sistema de e-factura e aceitam as despesas que estão registadas ou não aceitam as despesas que estão registadas, somam todas os gastos que têm em seu poder, preenchem manualmente a sua declaração de IRS e submetem-na, guardando todas as despesas. Caberia depois à Autoridade Tributária verificar todos os elementos e não é difícil pegar num programa, percorrer as declarações e ver se estas diferem muito do que é normal. Por exemplo, se tenho uma despesa com a habitação e este ano difere 20% em relação ao ano anterior, alguma coisa poderá estar mal, como também poderá estar certo. Nessa altura chama o contribuinte e ele explica. Seria muito mais justo e compreensível que o governo facilitasse este ano as duas

Bastonário volta a alertar para o caos que será a entrega do IRS se o novo governo não fizer alterações ao que está previsto

formas de preenchimento da declaração de IRS. Se o Estado tem dúvidas tem de ir fiscalizar o contribuinte.

Há muitas queixas de contribuintes que não vêm todas as facturas registadas...
É perfeitamente natural que o sistema tenha erros porque é uma coisa nova. A informática é muito bonita, muito boa, mas a máquina também nos prega partidas. E é preciso também ter em conta que há despesas que deixaram de entrar no IRS, como é o caso das rendas. Só entram as despesas relacionadas com o crédito à habitação. As despesas relacionadas com as rendas só podem ser deduzidas nas despesas gerais que tem o tal tecto máximo de 250 euros.

O fisco não está a discriminar quem é arrendatário em relação ao proprietário já que as duas despesas têm o mesmo fim?

Mas isso não foi considerado pelo legislador.

Houve um recuo por parte do governo ao passar a aceitar as despesas de saúde sujeitas ao IVA de 23%. Deveria ter ido mais longe?

Essa foi uma das minhas críticas e que foi emendada à mão, mas só tiveram em conta as despesas de saúde e não as despesas de educação, o que para mim foi um erro. As crianças não são obrigadas a levar os livros na mão ou embrulhados numa folha de papel, naturalmente vão ter de levar dentro de uma mochila e os pais são obrigados a comprar cadernos, lápis, auxiliares para o desenho. Ao não considerar essas despesas que são sujeitas à taxa de 23% erraram. No ano passado essas despesas eram dedutíveis, mas este ano deixam de o ser. E alteraram apenas as despesas de saúde sujeitas à taxa de 23% mediante receita médica. Por exemplo, tenho um problema de visão e preciso de uns óculos, o que é que acontece? As lentes são taxadas a 6% porque é considerado um produto medicinal, mas a armação já é taxada a 23%. Até existir essa alteração, era apenas contemplado para efeitos de IRS as lentes, agora já passam a ser aceites as duas desde que o contribuinte tenha receita médica, tal como acontecia em anos anteriores. Foi pena que essa rectificação tenha sido limitada à área da saúde.

E essas alterações que deviam ser feitas deveriam ser aplicadas já na declaração a entregar em 2016?
Sim.

Já transmitiu estas questões ao novo

continua na página seguinte >>



B Zoom // Entrevista

>> continuação da página anterior

governo?

Ainda não falei sobre isso, temos uma reunião pedida ao novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, mas é uma questão de bom senso. É uma questão das pessoas conhecerem a realidade concreta, reflectirem sobre ela e aceitarem essas alterações.

Caso contrário vamos assistir a uma verdadeira dor de cabeça no momento da entrega da declaração ou da tal guerra civil que já falou anteriormente?

Não tenha dúvidas. Se não se fizer nada, os cidadãos vão ser muito prejudicados.

Uma das medidas que já foi anunciada pelo novo governo diz respeito à manutenção do Sorteio do Fisco...

Nunca concordei com o Sorteio do Fisco e continuo a não concordar. O sorteio da forma como está a ser feito é errado porque gera um folclore à volta dele que na minha opinião é incongruente com o esforço que os cidadãos fazem para pagar os seus impostos. Dizem que não pode ser atribuído um prémio em valor porque os jogos da sorte só podem ser concedidos pela Santa Casa da Misericórdia, mas este sorteio não deixa de ser um jogo de sorte e azar porque o contribuinte ao pedir a factura e mediante as que pede pode ou não ser ganhador do prémio. Se essa atribuição só pode ser feita pela Santa Casa então que se altere essas regras para que o governo possa fazer essa entrega de prémios em dinheiro. Sou muito mais apologeta que se continue com o sorteio, mas que o prémio seja mais adequado às necessidades das pessoas. Ou seja, se o Estado paga por um carro, por exemplo, 40 mil euros, então o que é que o impede, resolvido esse problema de exclusividade da Santa Casa da Misericórdia, de pegar nesse dinheiro e dá-lo ao contribuinte.

Houve muitas críticas por o Estado estar a favorecer só uma marca automóvel...

Evidentemente que sim e para o próprio cidadão o dinheiro pode ser muito mais útil porque pode fazer dele o que quiser. Pode gerar mais efeitos positivos para o próprio cidadão do que o carro. Imagine um cidadão humilde que ganhe o carro, se não tem dinheiro para manter o carro vai vendê-lo. Ora o carro tem de ser logo registado no nome do vencedor se for para vender desvaloriza. Perde logo dinheiro. Para o Estado não há nenhum prejuízo e nem fica vinculado a nenhuma marca, não dá aquele aspecto comercialista que o sorteio do carro



acarreta e naturalmente mantém vivo o objectivo principal do sorteio que tem por base o incentivo das pessoas pedirem factura.

Mas concorda com o princípio do sorteio?

“Acredito que vamos assistir a um desagravamento da carga fiscal em Portugal por pouco que seja”

“Os políticos fazem as promessas e vão buscar à fiscalidade os meios para cumprir essas promessas”

Sempre tive de acordo com o princípio que é a criação de um mecanismo que crie o chamado interesse sucessivo, isto é, o contribuinte pede factura porque pode ganhar o prémio e o Estado beneficia com o envio da factura porque tem a legalidade coberta. Há ainda outra questão que está encoberta e que sempre concordei é aquele que vende qualquer coisa sabe que aquele que compra qualquer coisa vai enviar ou não a factura. Se o vendedor não enviar a factura vai ficar sempre na dúvida se o comprador o vai denunciar, pois sabe que corre o risco de incumprimento. Já a Autoridade Tributária ao saber que determinada factura foi apresentada pelo comprador e não foi apresentada pelo vendedor tem um excelente argumento para fazer uma fiscalização.

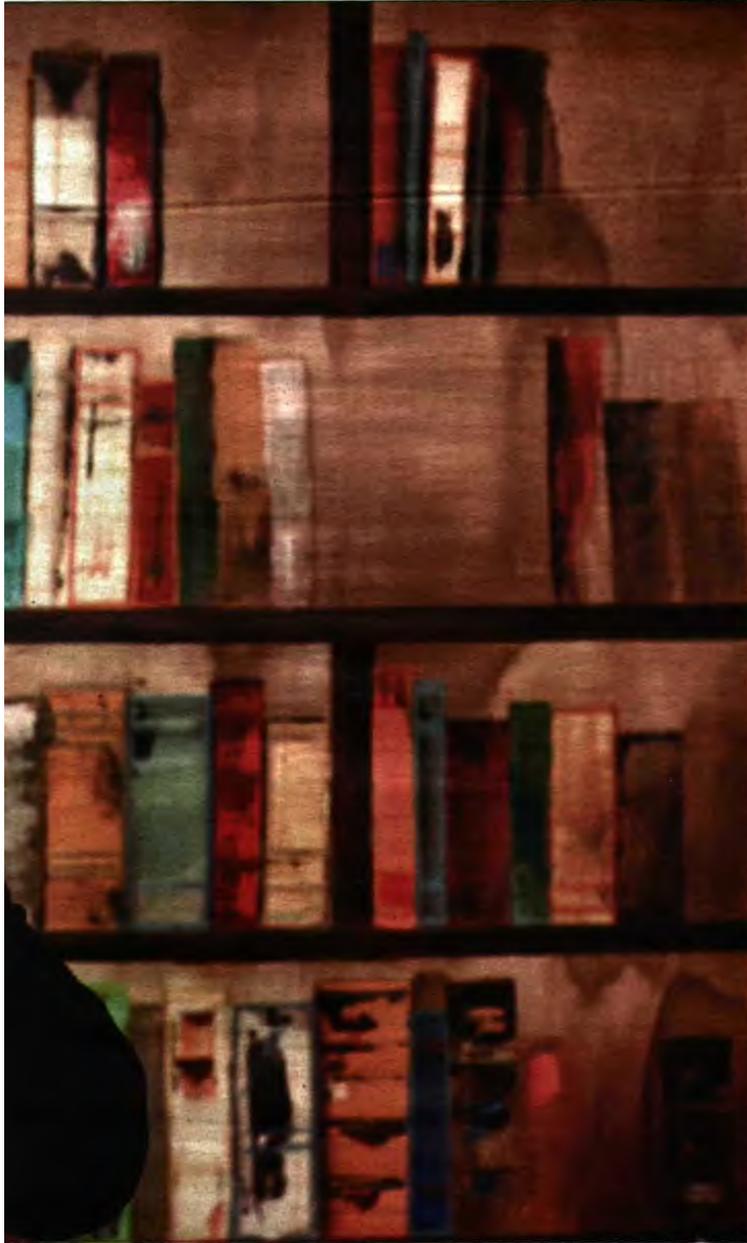
Os cidadãos tornam-se assim inspectores do fisco?

Não chamaria inspectores do fisco, mas não deixam de ser grandes focos de elementos de descoberta de situações que podem justificar a intervenção da Autoridade Tributária na sua esfera inspectiva. Numa sociedade evoluída os cidadãos autocontrolam-se e há um sentimento

grande de cumprimento de cidadania. Não me violenta nada isso, violenta-me outras questões, como quando é detectada a irregularidade, a Autoridade Tributária tem a obrigação de agir. O que tem acontecido é que tem conhecimento das situações, mas não age. É a Autoridade Tributária a demitir-se da sua genuína função que é através das inspeções repor a legalidade dos actos.

O programa do PS apresenta várias medidas fiscais, como a redução da sobretaxa e o alargamento dos escalões do IRS. São suficientes?

O alargamento dos escalões do IRS não é mais do que um reescalamento dos escalões. O que é que o Gaspar fez? Concentrou os escalões, ou seja, um trabalhador que ganhava 40 mil euros ou um que ganhava 25 mil euros pagava a mesma taxa de imposto. O novo governo diz que quer alargar estes escalões para tornar efectivamente as taxas mais progressivas. Isso quer dizer que vão crescendo à medida que vai crescendo o rendimento e isso beneficiará indiscutivelmente aqueles que estão na franja intermédia porque hoje estão sujeitos a uma taxa alta, mas que amanhã estarão sujeitos a



uma taxa inferior. Ainda não conhecemos as propostas do Orçamento, mas é preciso saber quais são as consequências para estes reescalamentos. Mesmo que eleve a taxa de 48% para 50% vão apanhar os rendimentos muito elevados

porque os menos elevados vão ter taxas inferiores, mas é preciso ter uma ideia de quanto é que isso representa em termos de dinheiro. Essa ideia, o outro governo levou um ano a tê-la. Acho que há boa vontade e há, pelo menos, um espírito diferente de analisar estas questões, agora é preciso que não se fique apenas pela análise, é preciso passar para a prática. E a prática terá de ter como consequências um desagrevamento da carga fiscal em Portugal por pouco que seja.

Ainda não foram prometidas datas para essa alteração...

Para já foi anunciado que a sobretaxa vai ser reduzida para metade no próximo ano. Hoje está mais do que comprovado que havia muita economia paralela, não tanto com aquela que se dizia, mas apanharam para dentro da normalidade o que existia fora dela. Por exemplo, no arrendamento, as pessoas que são detetadas sem contrato são penalizadas e terão de pagar multas. Hoje em dia não é aliciante não fazer os contratos e não entregá-los às Finanças. Isto acaba por trazer dentro do sistema muitas situações que estavam fora dela e que acabam por gerar para os próprios municípios

“Não foram pedidos os mesmos sacrifícios a todas as classes de rendimentos”

“Tem-se pedido um excessivo esforço aos cidadãos que vivem apenas do seu trabalho”

Para o bastonário, devido às falhas que existem no portal e-factura, o governo deveria aceitar duas formas de preenchimento da declaração de IRS. Quem pretendesse validar apenas as despesas que estão no sistema poderia fazê-lo, quem optasse por preencher manualmente a declaração também seria aceite

uma receita de IMI muito superior àquele que tínhamos. Mas o que é preciso é que não tenhamos uma fiscalidade para a política, mas que tenhamos uma política para a fiscalidade. Ou seja, é preciso ter critérios para suportar a fiscalidade. Até hoje o critério tem sido uma fiscalidade para a política, os políticos fazem as promessas e vão buscar à fiscalidade os meios para cumprir essas promessas, sem se preocuparem com o limite dessa fiscalidade porque não existe uma política fiscal. Se houvesse uma política fiscal esta iria condicionar de algum modo as promessas que se fazem. Temos de começar a pensar as coisas numa óptica de existência de uma política fiscal. Quanto é que os cidadãos devem pagar de impostos? E o que é que o Estado dá a esses cidadãos que pagam impostos? Qual é o regresso que o Estado devolve aos cidadãos por estes pagarem impostos? Nesta relação de dar e receber é que posso fazer o juízo para saber se pago muito ou não de impostos.

O ex-ministro das Finanças, Vítor Gaspar, chegou a falar no aumento enorme de impostos...

O que temos visto nestes últimos anos é um aumento de impostos e, em muitos casos, temos visto a diminuição do regresso aos cidadãos dos impostos que pagaram porque enquanto cidadão tenho de pagar taxas moderadoras nos hospitais, pagar portagens para circular nas estradas, pagar propinas dos filhos nos estabelecimentos de ensino e é aí que tenho de aferir se pelo regresso que me é feito dos impostos que pago se tenho uma carga fiscal grande, excessiva ou se tenho uma carga de fiscal normal.

O regresso dos impostos é cada vez mais pequeno?

O que tenho vindo a verificar é que os impostos têm vindo a aumentar de forma muito substancial e as prestações sociais e o regresso dos impostos aos cidadãos que se fazem de diversas formas tem vindo a reduzir. Se tivéssemos uma subida acentuada dos impostos e também tivéssemos uma subida do regresso destes impostos ao cidadão, isto é, se tivesse de ir ao médico e não pagasse nada, se tivesse de ir de Lisboa ao Porto e não pagasse nada, então haveria aí um maior retorno dos impostos ao cidadão. Em Portugal assistimos ao movimento inverso. É este desequilíbrio que nos leva a crer que temos uma carga fiscal muito acentuada.

Acredita que vamos assistir a uma inversão desta tendência?

Acredito que vamos assistir a uma diminuição da carga fiscal, mas penso que não vai ser aquela que queremos. Há hoje realidades que a nossa economia não tinha e que infelizmente aconteceram, como é o caso dos encargos com a dívida, dos serviços públicos que são prestados ao cidadão. Ou seja, as pessoas vêem cada vez mais o poder como um acto de afirmação pessoal e menos um acto de servir melhor as populações e isso não é bom. Mas de qualquer das maneiras na fiscalidade não temos muitas condições para irmos muito mais além. Podemos melhorar através de opções diferentes.

Essas opções são aquelas que foram apresentadas?

Há ainda outras opções. Estou totalmente de acordo com a passagem da tributação do rendimento de capitais para 30%. Que justificação é que há para quem trabalha todos os dias e chega no final do mês e pode pagar uma taxa até 48% e uma pessoa que tem dinheiro no banco, não tem nenhuma das preocupações de quem trabalha e só é tributado a 28%. Se alguém me consegue explicar isso, a lógica que há num processo destes, a não ser uma dependência total do poder financeiro, eu mudo de opinião. Caso contrário, continuo a dizer que se tem pedido demasiado esforço aos cidadãos que vivem do seu trabalho, do seu rendimento, sejam trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes ou profissionais liberais. Há situações que se tem pedido um esforço quase sobre-humano e em que têm sido beneficiados outro tipo de classe de rendimentos. Não consigo compreender porque é que, por exemplo, se baixa a taxa de IRC. Dizem que é para atrair investimento e criar emprego, mas não vejo empresas estrangeiras a criar emprego. O que vejo é uma negociação feita à medida de alguns capitalistas. Foi criado o regime de "participation exemption", que até estou de acordo com o princípio, que tinha como objectivo criar um ambiente tributário propício ao investimento, mas no ano de 2012 e 2013 o "participation exemption" representou na economia holandesa cerca de 13 mil milhões de euros. Isto é, os lucros das empresas portuguesas que foram gerados fora de Portugal vieram aquecer a economia holandesa em cerca de 13 mil milhões de euros. Agora pergunto se estes capitais viessem para a economia portuguesa não nos proporcionaria maior desenvolvimento, maior dinâ-

continua na página seguinte >>



B Zoom // Entrevista

Domingues de Azevedo diz que a esquerda tem a responsabilidade de provar que também consegue governar, admitindo que podem existir questões marginais de desacordo, o que faz parte do processo.

E lembra que quando um casal quando casa não assina nenhuma regra pré-nupcial a estipular que a união será para sempre

>> continuação da página anterior

mica na nossa economia? Esse era o espírito que estava subjacente a este regime. Mas o que constatámos foi que as grandes empresas portuguesas nenhuma delas mudou a sede para Portugal. Onde é a sede da Sonae? E da Jerónimo Martins? E da PT e EDP e outras que tais? Mantiveram-se fora e não vieram para Portugal. Então do que é que valeu este "participation exemption"? Mas já um cidadão que compra acções de uma empresa, estas começam a subir e se as vender vai ter de pagar mais-valias. Por exemplo, compra acções a um euro e vende-as a dois euros, vai ter de pagar mais-valias de um euro. Se tiver 100 mil euros aplicados e vende por 200 mil então vai ter de pagar mais-valias sobre 100 mil euros. Porque é que um cidadão tem de pagar e as empresas não?

Há aqui uma discriminação?

Sim. Por isso é que digo que não foram pedidos os mesmos sacrifícios a todas as classes de rendimentos. E os empresários não andam com carros próprios, andam com carros das empresas.

Vai transmitir essa informação ao novo governo?

A lei já foi aprovada no ano passado e foi aprovada para fazer alguns favores. Mas é uma lei que acredito que o novo governo vai naturalmente modificar porque não faz sentido porque é que num caso peço tanto e no outro não.

A oposição tem acusado o novo governo de apresentar só medidas despesistas. Como vê estas acusações?

Costumo usar a expressão: gosto muito de ouvir quem for capaz de fazer melhor do que eu. E o governo anterior não tem legitimidade, nem moralidade para falar sobre essas questões. Deixa-o muito fragilizado em falar sobre essas questões. É provável que António Costa tenha razão e é provável que com algumas medidas de acerto até se possa ter resultados muito positivos. É o caso, por exemplo, do salário mínimo. Porque é que um trabalhador no Luxemburgo há-de ter um salário mínimo na ordem dos 1700 euros e um trabalhador na França tenha 1142 euros e um trabalhador em Portugal tenha de sobreviver com um salário mínimo de 505 euros? E acham que é uma grande coisa e um mal que vem ao mundo passar para 530 euros? Faz-me lembrar a política do cardeal Cerejeira ao considerar que o português era humilde e só precisava de um bocadinho de pão e uma sardinha durante o dia. Mas é uma



má memória.

Mas as entidades patronais dizem que não conseguem acompanhar esse aumento...

Mas têm condições para outras coisas. E porque é que um português quando chega à França tem rentabilidade e é uma pessoa que é aceite nos grupos dos trabalhadores franceses, mas quando um português trabalha em Portugal baixa de forma drástica a sua rentabilidade. Nunca ninguém foi capaz de fazer este juízo? Um trabalhador para ser rentabilizado tem de ser humanizado. E assistimos à interiorização do conceito: tal dinheirito, tal trabalhito. As pessoas são vistas numa óptica para explorar e não são vistas na óptica de que as pessoas têm as suas aspirações e ideias. Este discurso que está a ser feito sobre o salário mínimo nacional é uma falta de visão enorme, mas não podemos entrar em

loucuras, porque temos de ver as diferenças em relação a outros países, mas não na dimensão em que estão porque estamos a falar de mais do dobro.

Concorda com o aumento faseado do salário mínimo nacional?

Sim. E não nos podemos esquecer que um trabalhador satisfeito produz muito mais.

Concorda com o acordo feito com os partidos de esquerda?

Nunca pensei que fosse possível. No dia a seguir às eleições disse que se em Portugal tivéssemos homens que se chamassem mesmo homens teríamos condições de mudar porque existia uma maioria na Assembleia da República, mas para isso era preciso quebrar de uma vez por todas as barreiras que separam os partidos de esquerda e que não existem na direita. As pessoas de extrema-direita em Portugal deixaram de existir, a direita está unida. E porque é que a esquerda não pode estar unida?

Apesar das diferenciações?

Podem existir diferenciações, mas há pontos comuns em que é possível encontrar consenso. Com este governo de esquerda quebrou-se o mito que estava a ser criado e que era um mito perigoso na nossa sociedade: que só a direita era capaz de governar e quebrou-se esse mito porque a esquerda também é capaz de governar. E daí ter sido criado um mal-estar na direita. As pessoas têm de perceber que o dia tem 24 horas e não se vive num segundo e a esquerda tem de perceber que uma coisa é aquilo com que sonhámos e outra coisa é a possibilidade de o ter. E as políticas colectivistas, com que nunca estive de acordo, de que a sociedade é de todos e que todos devem participar de uma forma clara e transparente na construção dessa riqueza social, está completamente destruída.

Há risco do acordo entre os três partidos não chegar até ao fim da legislatura?

O PCP é um partido ortodoxo, que cum-

pre a sua palavra. Jerónimo de Sousa já o repetiu por diversas vezes. E eu acredito, até pelo histórico de posições do partido. Quanto ao BE, veremos. Seria um erro querer evidenciar-se. Na minha opinião, e ao contrário do que muitos pensam, julgo que pode haver um entendimento para a legislatura. A esquerda tem a responsabilidade de provar que também consegue governar. É óbvio que vão existir questões marginais de desacordo, mas isso faz parte do processo. Um casal quando casa não assina nenhuma regra pré-nupcial a estipular que a união será para sempre ou para 4 ou 5 anos...

Foi a melhor solução encontrada?

Foi a melhor solução. As eleições são para eleger deputados e não governos. E a maioria dos deputados são os do PS, PCP e do Bloco. Este governo sai da normalidade democrática do quadro parlamentar. Legal e institucionalmente intocável. Este entendimento prova que é possível governar à esquerda. Derrubou a ideia de que só a direita se consegue entender.

O que acha da escolha de Mário Centeno para a pasta das Finanças?

Não o conheço pessoalmente, mas do que li e observei parece-me uma pessoa preparada, competente e com outra postura.

O diálogo será mais fácil do que com os anteriores ministros das Finanças?

Tenho essa fé. A Ordem não teve nenhum relacionamento com a antiga ministra da coligação. Maria Luís nunca mostrou vontade para dialogar connosco, nem nunca marcou presença em nenhuma das nossas iniciativas, apesar de convidada. Foi uma opção.

Por último, concorda com a contratação de Sérgio Monteiro por parte do Banco de Portugal para agilizar a venda do Novo Banco?

Não concordo. Tem de haver uma separação clara entre funções. É as tais negociatas que falei. ●

“Quebrou-se o mito que só a direita sabe governar e daí o mal-estar que existe nos partidos da direita”

“Julgo que pode haver um entendimento entre os três partidos para a legislatura”



DOMINGOS DE AZEVEDO
Bastonário dos Técnicos
Oficiais de Contas

“O Estado devia sortear dinheiro em vez de carros” // PÁGS. 26-32